Comunicado de Imprensa n.º 13/209 PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA 12 de junho de 2013 Fundo Monetário Internacional Washington, D.C. 20431 EUA

FMI conclui sétima avaliação do Acordo EFF com Portugal e aprova desembolso de € 657,47 milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a sétima avaliação do desempenho de Portugal no contexto do programa económico apoiado por um acordo trienal ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa) no montante de DSE 23,742 mil milhões (cerca de € 27,19 mil milhões). Concluída a avaliação, um montante equivalente a DSE 574 milhões (cerca de € 657,47 milhões) fica imediatamente disponível, perfazendo um total de DSE 19,700 mil milhões (cerca de € 22,56 mil milhões) em desembolsos ao abrigo do EFF.

O Conselho de Administração aprovou também o pedido das autoridades de modificação dos critérios de desempenho para o final de junho de 2013.

O acordo EFF foi aprovado em 20 de maio de 2011 (ver o <u>Comunicado de Imprensa</u> <u>n.º 11/190</u>) como parte de um pacote de financiamento coordenado com a União Europeia que ascende a € 78 mil milhões ao longo de três anos. Permite o acesso em caráter excecional a recursos do FMI equivalentes a 2 306 por cento da cota de Portugal na instituição.

Findas as discussões, a Sra. Nemat Shafik, Subdiretora-Geral e Presidente Interina do Conselho de Administração, declarou:

"Já foram alcançados progressos expressivos no ajustamento orçamental e externo e na agenda de reformas estruturais, não obstante os fortes ventos contrários. Houve uma melhora significativa nas condições de mercado e Portugal conseguiu voltar aos mercados de capitais de longo prazo. Contudo, à luz dos riscos ainda consideráveis para as perspetivas, as autoridades precisam de manter os esforços de reforma que estão a ser empreendidos para aumentar a competitividade, estimular o crescimento a longo prazo e promover o avanço da consolidação orçamental.

As metas orçamentais foram recalibradas para manter o bom equilíbrio entre consolidação e apoio ao crescimento económico e ao emprego. Todavia, há pouco espaço para novos desvios na trajetória revista do défice, em virtude das volumosas necessidades de

financiamento de médio prazo e dos elevados rácios de endividamento. Para recolocar as finanças públicas numa trajetória sustentável, é imperativo proceder o quanto antes na aplicação das medidas identificadas na avaliação da despesa pública e manter o rigor na implementação da agenda de reformas orçamentais estruturais. A planeada reforma do IRC poderá também ajudar a promover o investimento e a competitividade, reequilibrando a composição do ajustamento.

As autoridades possuem um historial sólido de preservação da estabilidade financeira. Foram feitos progressos no reforço da liquidez e capitalização da banca, a despeito de um ambiente operacional difícil. A canalização de crédito para empresas viáveis para apoiar o emprego e para facilitar a recuperação económica continua a ser um objetivo importante. O Eurosistema tem um papel crucial a jogar na contenção da segmentação do crédito e na restauração da transmissão da política monetária.

É fundamental continuar a avançar a agenda de reformas estruturais para eliminar a rigidez nominal que ainda subsiste na economia e estimular a competitividade e o crescimento. De referir, entre outras medidas, a remoção dos obstáculos ao crescimento, a redução dos custos de produção e a minimização das rendas nas indústrias de rede.

Para além da execução vigorosa do programa, o êxito de Portugal continua a depender do apoio externo e de políticas eficazes de gestão de crises a nível da área do euro. Um desenvolvimento positivo a este respeito é o alongamento previsto das maturidades dos empréstimos concedidos ao abrigo do FEEF e do MEEF em apoio à estratégia das autoridades para recuperar o acesso aos mercados."